



MÉTODOS NA NOVA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO, DE QUEM?
taisamb@terra.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL - Políticas Sociais para o Campo
TAÍSA MAROTTA BROSNER; ELIZANGELA RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA;
SONIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO.
FEAGRI/UNICAMP, CAMPINAS - SP - BRASIL.

Métodos na Nova Extensão Rural no Brasil: caminho para a participação, de quem?

Methods in the new Agricultural Extension in Brazil: the path to participation, from whom?

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo

Resumo

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em sua ação no meio rural, vem trilhando uma busca por metodologias que melhor se aproximem da realidade de seus sujeitos e que correspondam às necessidades dos mesmos. Observa-se que ao longo da história, a ação da extensão, mediada pelos extensionistas, exerceu seu papel por influência direta do Estado, o qual direcionou os objetivos principais da Extensão no rural brasileiro. A partir do momento em que ela se torna uma política nacional, verifica-se que o caminho para que se conquiste o que está proposto na política está cheio de entraves, resquícios dos velhos comportamentos e de atuais influências do Estado. O trabalho traz para a discussão as metodologias propostas na PNATER, que acaba de se tornar lei através do Decreto Lei N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e os obstáculos que determinam sua prática no campo, para que as necessidades sejam realçadas e levadas ao direcionamento de possíveis saídas para que os objetivos da Nova Extensão Rural possam ser alcançados. Pretende-se colocar em evidência as influências que determinam os caminhos desta, na prática, em busca de uma metodologia coerente com suas proposições e com o meio rural brasileiro e sua rica diversidade.

Palavras-chaves: PNATER, metodologia, extensionista

Abstract

The new Technical Assistance and Rural Extension Nacional Policy (PNATER), their action in the rural areas, has been searching methods that approximate the reality and the needs of the rural population. The extension action, mediated by extensionist, has been exerted throughout the history by the direct influence of the state, which determined the



main targets of rural extension in Brazil. From the moment it becomes a national policy, obstacles appear when it seeks to achieve the aims proposed in politics, consequence of old behaviors and influences of the current state. This paper brings to the discussion the proposed methodologies by PNATER (it has just become law by Decree Law No 12188 of January 11, 2010) and the obstacles that determine the practice in the field, this subject keeps around the encouragement of discussion to find possible solutions to the goals of the New Agricultural Extension can be reached. It is intended to highlight the influences that determine the paths in practice, to search the consistent methodology with the PNATER and the rural Brazilian environment.

Key Words: PNATER, methodology, extensionist

1. INTRODUÇÃO

O termo extensão rural sob o foco da semântica elucida significados variados. Sob a ótica de Paulo Freire (1983), dentro do contexto da realidade agrária, a ação do extensionista é colocada como figura central da extensão rural e não se limita ao domínio natural. A sua ação se dá precisamente no domínio do humano, onde a extensão de seus conhecimentos e técnicas se faz **aos homens** para que esses possam transformar suas realidades objetivando uma melhoria na qualidade de vida.

Cabe então ressaltar a grande importância que o sujeito extensionista tem para a compreensão dos caminhos seguidos pela Extensão Rural na prática, visto que essa interferência no meio, como uma ação também pedagógica, reconhece-se que a mesma não deixa de ser um ato político, partindo da premissa que “Como prática social, o ato pedagógico é um ato político.”. Portanto, a ação do extensionista

“(...) está sempre vinculada a uma determinada forma de interpretação da realidade (...) e é justamente nesse seu enraizamento histórico-cultural que reside a impossibilidade de ser neutra.” (FONSECA, 1985).

Sendo o extensionista o principal sujeito, este determina com que objetivo será levada a prática da extensão rural, tendo em suas mãos, como única ferramenta de trabalho, as metodologias utilizadas para trabalhar o conhecimento e as técnicas com os agricultores.

Não se pode, porém, esquecer a presença do Estado e a formação profissional do extensionista que é vista como um instrumento de controle ideológico, forma de manipulação dissimulada da sociedade¹. Isto é refletido diretamente no modo de pensar do extensionista, na lógica com que conduzirá seus conhecimentos técnicos ao sujeito do meio rural, na escolha das metodologias que utilizará e na sua pré-concepção do mundo rural.

Além disso, considerando a extensão rural no Brasil, na construção de um espaço de intervenção, é perceptível que a atuação do governo, relacionada ao **fazer** extensão, vive em constantes transformações e que estas são posicionadas de acordo com a necessidade de se conciliar interesses, dos “requisitos funcionais da acumulação capitalista e sua

¹ “Reduzir a educação a um mero instrumento de controle ideológico implica em negar o seu caráter político, ou seja, a sua capacidade de reproduzir, no seio da sociedade, a própria contradição social, a luta de classes.” (FONSECA, 1985, p. 28)

legitimação”². Em uma busca por atender um chamado maior do estado, as modificações na esfera da Extensão Rural estão conjuradas com as modificações do pensamento político do próprio governo que a rege, sendo parte do Estado e, assim sendo, será delineado por ele e por seus interesses.

A questão científica também aparece como interlocutora nesse processo de delineamentos da Extensão Rural, no qual o meio científico intervém com suas discussões teórico-metodológicas, de pensadores/pesquisadores que atuam nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Agrárias, e que resultam nos aparatos centrais que o extensionista utiliza no campo de trabalho.

Com isso, para a reflexão sobre as metodologias que irão ser utilizadas na PNATER, é preciso pensar a partir das condições sociais do extensionista e do sujeito para os quais são direcionadas as ações e nas condições políticas e econômicas vigentes.

2. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UMA PRÁTICA METODOLÓGICA EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

A extensão rural está presente no campo brasileiro, tanto historicamente, como em sua implantação no estado de Minas Gerais, na década de 40. Hoje, presencia-se a transformação de seus princípios e objetivos e de sua legitimidade, sendo reconhecida como política nacional e, com isso, as esperanças em relação aos entraves passados vividos no campo são postas a prova numa reflexão das práticas exercidas até então, bem como da contemporaneidade de suas ações.

A elaboração da Política Nacional de ATER apresenta em seu conteúdo as influências dos debates relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento rural. Buscou-se, na elaboração de seu projeto, uma forma participativa de ação no campo, com orientações metodológicas de cunho educativo, com a promoção da geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de práticas agrícolas consideradas sustentáveis. (PNATER, 2004).

Os movimentos sociais trazem, ao longo dos anos, reivindicação de participação no processo de desenvolvimento do campo, bandeira de luta pautada em Paulo Freire, qual seja, a relação entre sujeitos conscientes da realidade e a importância da educação como transformação.³ Com isso, a PNATER representa o resultado de um processo que legitima modelos de desenvolvimento praticados por instituições governamentais e não governamentais (sociedade civil organizada e os movimentos sociais) que buscavam a participação do sujeito do campo nas suas ações de extensão.

Nesse novo contexto, o termo “extensão” ganha novo significado. Caporal (2003) o aborda como “Extensão Rural Agroecológica”, um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias que permitam o desenvolvimento de uma prática social no qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a agir conscientemente sobre a realidade. Com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotam-se os fundamentos teóricos da Agroecologia como critério norteador

² RODRIGUES, 1997.

³ LIMA, 2006.

das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural dos sujeitos envolvidos no processo.

Para o cumprimento desta política, os métodos precisam ser readequados. Estes são descritos como: metodologias participativas, pesquisa-ação, investigação-ação participante, orientação pedagógica construtivista e humanista, visão holística e sistêmica. Perante isso, os extensionistas devem estar preparados para compreender o que cada ferramenta significa e sua função dentro da ação da Extensão Rural.

As **metodologias participativas** estão baseadas principalmente na mudança de posicionamento do pesquisador, do profissional, que deixa de ser uma simples fonte de informação para terceiros, desempenhando “um papel de sujeito ativo que deve estar presente também em todas as etapas da pesquisa”.⁴ A ação se resguarda no desenvolvimento de capacidades, onde enxerga-se o ser humano como elemento-chave para as transformações do meio e como agente promotor do desenvolvimento. A participação como prática social é requisitada a todo momento para que um desenvolvimento local seja conquistado com participação da própria comunidade.⁵

A **pesquisa-ação** apresenta-se com o viés na busca da compreensão e da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, dando aos

“(...) pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora.”
(THIOLLENT, 1994, p. 8)

Observa-se a aproximação da pesquisa-ação com a metodologia participativa, porém essa prática objetiva promover além da participação dos sujeitos uma ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou de outro nível que se manifestem num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas, estudadas por quem intervém no meio, na realidade social, com o próprio sujeito estudado.

A **investigação-ação participante** (IAP) traz um aparato metodológico para atuar nas comunidades, onde se busca desenhar de forma participativa as necessidades locais e ações futuras dos próprios sujeitos no seu meio. Os pontos de partida teóricos da IAP supõem um desenho flexível e vai sendo construído progressivamente ao longo do processo. O agente que atua na comunidade coloca-se como orientador dos processos, na concepção dos desenhos dos problemas locais, os quais vão sendo construídos e reconstruídos por seus sujeitos e que ao final conquistam a reflexão e conscientização, no momento em que se encontram saídas possíveis colocadas pelos mesmos.

A **visão holística** compreende um paradigma de percepção da realidade que abrange os processos de aquisição do conhecimento desenvolvidos pelo homem numa dimensão da transdisciplinariedade somada a uma vivência transpessoal⁶, ultrapassando o conhecimento compartimentado realizado hoje pela ciência e aliar a ele a experiência entre

⁴ SANTOS, 2005.

⁵ Ver Brose (2001); o DRP - Diagnóstico Rural Participativo, Verdejo (2006) e o MEXPAR - Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, EMATER-MG (2006).

⁶ Retirado da Palestra “A visão holística e a formação integral do ser humano” de Abelardo Gonçalves Pinto. Cati – Divisão de Extensão Rural (Dextru) s/d.

sujeitos. Esta visão dentro da nova ATER é colocada por Caporal (2005) como enfoque para a avaliação dos resultados

“(...) em termos de estabilidade, resiliência, durabilidade no tempo e produtividade do agroecossistema como um todo (ou unidade familiar de produção) e não de um cultivo em particular (...)” (CAPORAL, 2005, p. 4)

A **abordagem sistêmica** requerida pela PNATER consiste na concepção *soft-systems*, o qual Pinheiro (s/d) descreve como uma análise não só dos objetos físicos (característicos de sistemas de produção), mas com foco nos sujeitos (seres vivos, principalmente humanos), e, sobretudo, nas relações que caracterizam estes sistemas e as interações destes com o ambiente. A principal função dessa abordagem está no profissional de extensão rural entender as relações humanas e interagir com as mesmas, garantindo a participação no processo de construção dos resultados, os quais não podem estar pre-determinados.

A Agroecologia se faz presente dentro da política nacional de ATER, pois percebe-se que, no âmbito dos direcionamentos metodológicos, a mesma traz para a ação da extensão as questões buscadas também nas metodologias utilizadas, como o reconhecimento das culturas locais, da diversidade e das representações sociais, da utilização de processos participativos e democráticos e, por fim, a abordagem holística e o enfoque sistêmico, servindo para reforçar as metodologias no direcionamento da prática agrícola.

A **orientação pedagógica construtivista e humanista** é o caráter educacional que rege toda a ação da PNATER, pautada principalmente em Paulo Freire⁷ busca reconhecer o agricultor familiar como protagonista da ação transformadora de seu meio, objetivando sua melhoria de vida.

Observado cada aspecto elencado acima e partindo do pressuposto que a Extensão Rural é uma ciência,

“(...) difere neste sentido das ciências biológicas ou exatas como a agronomia ou a física porque o objetivo da investigação da Extensão Rural envolve a pessoa humana com o seu nível de conhecimento, suas crenças, suas aspirações e a natureza humana têm aspectos previsíveis e aspectos que mudam segundo os condicionamentos de tempo e lugar.” (ALMEIDA, 1989, p. 19-20)

Essa nova proposta de se fazer extensão apresenta como desafio a sua implementação, principalmente na prática, pois requer que o extensionista assuma um papel diferente dentro desse novo contexto, que valorize a interação com os agricultores, as capacidades locais e a busca por um desenvolvimento local sustentável.

Com isso, percebe-se que o primeiro entrave, na implantação dessa nova política, está no próprio extensionista, no qual “as exigências de competência técnica e política são maiores”⁸. É preciso que os mesmos se reconheçam como educadores e que consigam,

⁷ “orientações metodológicas desenvolvidas ainda na década de 60, por Paulo Freire (1975; 1983)” (CAPORAL & COSTABEBER, 1994).

⁸ LIMA, 2006.

dentro das dinâmicas produtivas, alcançar o “diálogo com diferentes atores sociais presentes no território”⁹.

Frente a isso, algumas estratégias estão sendo pensadas como ponto de partida para o processo de capacitação dos técnicos nos objetivos e métodos dessa nova orientação política. Porém, a resposta no campo, como é colocada por diversos autores¹⁰, mostra a defasagem com relação à proposta, caracterizada por, segundo Souza (2006), um “enraizamento” às “velhas” práticas extensionistas e resistência à adoção de técnicas de comunicação e informação apropriada, consequência de uma concepção de ATER descontextualizada na pedagogia e no método e conhecimento superficial da própria PNATER.

A principal questão dessa defasagem está na formação do extensionista, apesar das capacitações realizadas pelos órgãos de ATER aos seus extensionistas e aos estudantes recém formados, há o acúmulo de conhecimento anterior a esse e que modela o sujeito frente às ferramentas que irá utilizar no campo.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que o ensino superior está pautado, ainda, no modelo cartesiano, na forma tradicional de tratar o conhecimento, onde não há interação entre disciplinas, não há uma intercomunicação entre as dimensões do saber.

O principal prejuízo que essa forma de educar traz para o cotidiano do extensionista é que tal concepção impossibilita o entendimento das relações e interações que ocorrem na vida e no trabalho do homem do campo. Trata de

“(...) forma isolada cada parte do problema, reduzindo a complexidade e perdendo-se, por conseguinte, a possibilidade de entender as relações e interações (especialmente as ecológicas) que ocorrem num agroecossistema manejado pelo homem.” (CAPORAL, 2005, p. 3)

Nesse contexto, a visão holística e a abordagem sistêmica não conseguem ser alcançadas, pois o profissional está preparado para enxergar as partes e não o todo e suas conexões.

Além disso, para trabalhar com metodologias participativas é necessário um posicionamento do extensionista como sujeito do processo, que consiga valorizar o outro como sujeito, sendo visível que tais funções não são conquistadas pelo extensionista, apresentando “insegurança no lidar com as metodologias”¹¹.

A participação é trazida na nova política para todas as etapas, o caráter pedagógico construtivista e humanista deve ser o norte das ações no campo, com isso o profissional de extensão tem que trabalhar dentro da multidisciplinariedade, alcançando conhecimentos de outras áreas. Aqui está a maior parte do desafio da implantação da PNATER, pois o extensionista traz em si o caráter do conhecimento compartimentado, não há pedagogia nas Ciências Agrárias, não há também o enfoque em outros métodos de extensão rural além das clássicas, tão utilizadas na ação da Extensão Rural no Brasil.

De acordo com as questões ressaltadas acima, verifica-se que, para que a PNATER seja posta em prática, na sua ação no campo, é preciso que o extensionista se posicione

⁹ DUARTE & SILIPRANDI, 2006.

¹⁰ Souza (2006), Balem *et al* (2009), entre outros.

¹¹ DIESEL *et al*, 2007.

nesse novo papel que lhe é requisitado, porém somente com as capacitações não é suficiente, é preciso haver uma mudança na base, por exemplo, na formação desses profissionais.

Esse é um caminho longo a ser percorrido pelo ensino, principalmente quando os objetivos que norteiam suas ações, suas pesquisas, estão direcionados as classes dominantes, como no caso das Ciências Agrárias, voltados às grandes produções para exportação, nos moldes da agricultura convencional. Com isso, a questão ambiental e social é posta de lado, os profissionais não são preparados para trabalhar com a diversidade do meio rural brasileiro, com a questão da agricultura familiar, da complexidade dos processos que transcendem a unidade familiar de produção.

Mesmo os institutos de pesquisa caminham com essas bases, “comprometidos com interesses mercantis de corporações transnacionais”¹² não acrescentam pesquisa de cunho social e/ou ambiental, que busque solucionar problemas de uma parcela da sociedade que permaneceu no campo e que faz parte da conformação do rural brasileiro.

O profissional precisa estar aberto a novas formações e capacitações, dentro dos requisitos metodológicos buscados na PNATER, pois os métodos não são neutros. No processo participativo o olhar do outro para a obtenção das respostas locais, para a conquista da representação do sentido estabelecido pela comunidade, passa pelo seu pré-conceito sobre os assuntos referentes ao meio.

“(...) ele é quem detém o sentido desse sentido – ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido. O discurso do nativo não detém o sentido de seu próprio sentido.” (DIAS et al, 2008, p. 4)

Esse é o destaque da importância do extensionista para a execução da prática da PNATER, o seu posicionamento com relação às metodologias participativas, a sua função no campo, pois

“(...) são as formas e os condicionamentos presentes na relação do extensionista e da extensionista com a comunidade (...) que podem caracterizar o tipo de conhecimento resultante dessa interação.” (JESUS, 2006, p. 69)

Sabendo-se que as ferramentas do extensionista são os métodos utilizados no campo, estes devem estar de acordo com os objetivos buscados por essa nova política de ATER. A própria metodologia participativa está em construção, pois suas ferramentas atuais utilizadas no campo (DRP e MEXPAR) não apresentam uma real participação em todo o seu processo, pois para enxergar a realidade como um todo e ser um porta voz da verdadeira situação e necessidade é preciso, como disse Paulo Freire (1983), “com eles há que estar”. Nesse caso, Thiollent (1994) já apresentava a questão da necessidade de rever, nos estudos rurais, a metodologia de diagnóstico

“(...) para superarmos o nível da simples constatação de carências entre os pequenos produtores e darmos atenção às suas potencialidades e

¹² LTEIF et al., 2007.

capacidade de aprendizagem e de organização coletiva.” (THIOLLENT, 1994, p. 89)

Essas metodologias, por mais que tentem buscar a participação em todos os processos, acabam que reproduzindo diagnósticos dos problemas locais e o extensionista faz a função de repassar o resultado obtido para as estâncias maiores, os quais representarão a posição de um sujeito e não da comunidade. Para que esse quadro seja revertido é preciso que o saber popular seja valorizado, seja buscado e garantido;

“O conhecimento popular ou chamado senso comum deve ser objeto de discussão quando se pretende em termos de proposta metodológica que na atividade de extensão rural, o extensionista, enquanto educador do campo, realize sua práxis política, quando faz de seu trabalho um campo de pesquisa, uma inspiração na pesquisa-ação, ou uma pesquisa-ação mesmo, onde os agricultores e agricultoras como protagonistas do mesmo processo de construção de conhecimento.” (LIMA, 2006, p. 7)

Para que isso se concretize o Ensino entra em cena, pois o meio científico precisa estar aberto a discutir esse saber e trazer para as pesquisas, para o desenvolvimento do conhecimento, a valorização como ciência podendo ser testada e validada como legítima, de poder cultural e social imensurável.

Dentro dessa mesma linha, a questão da abordagem sistêmica é preterida quando, num primeiro momento, o extensionista leva a campo sua formação e, num segundo momento, pelo foco da própria PNATER. O objetivo dessa alusão ao enfoque sistêmico está em focar, em todas as atividades de ATER, as questões abordadas na sustentabilidade¹³, para dentro das relações do extensionista com o agricultor e estes com o meio em que estão. Porém, sua prática se limita a abordagem realizada na fase anterior da Extensão Rural, onde se prevalecia a visão de controle, a visualização do “desenvolvimento como fruto de uma intervenção planejada de fora para dentro e centrada na adoção de tecnologias”¹⁴. Não conquista a contemplação de todos os processos e interações que ocorrem tanto na unidade familiar como desta para com o exterior, para que seja garantida a participação no todo.

Um exemplo está na ementa da capacitação dos profissionais de ATER, dentro do Subprograma de Formação de Agentes de ATER, no curso de Aprendizagem e Ação Participativa – teoria e prática sobre Diagnóstico, Planejamento e Ação Participativa, em Extensão Rural.¹⁵

Observa-se que o enfoque sistêmico se dá somente no sistema agrário e com isso retoma o método utilizado já na fase anterior, da Análise do Diagnóstico de Sistemas Agrários¹⁶, que, segundo Pinheiro (s/d), deixa a participação dos agricultores ainda limitada e, conseqüentemente, as próprias metodologias participativas não serão efetivas nas suas respostas.

¹³ Que, segundo Sachs (1993), contempla as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

¹⁴ PINHEIRO, s/d.

¹⁵ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s/d.

¹⁶ FILHO, 1995.

Frente a isso, é necessário, para que os objetivos da PNATER sejam realmente alcançados na prática, que o enfoque tanto metodológico como a ação do extensionista levem em seus princípios a visão do todo, dentro da Teoria Geral dos Sistemas¹⁷. Que busquem compreender os complexos existentes em cada situação vivenciada no campo, para que os processos sejam pensados e executados com a participação efetiva de seus sujeitos.

No mesmo processo, também, a abordagem holística está prejudicada, pois traz na função o cruzamento entre conhecimentos advindos de fontes diversas e que complementarizam a compreensão da realidade no qual o extensionista irá atuar.

Caporal (2003) cita que esta defasagem, dada principalmente pela formação do profissional de ATER, faz com que minimize “sua possibilidade de ter uma compreensão da agricultura a partir dos princípios básicos dos processos naturais.”. Porém, não deixando de ser uma verdade, essa afirmação traz em si uma falha, pois considerando a busca por uma abordagem holística, conjuntamente com o enfoque sistêmico, deixa-se de lado o entendimento do todo, principalmente frente à complexidade da unidade familiar¹⁸, onde a prática agrícola não exerce a simples função de empresa agroindustrial e sim uma atividade que reflete o caráter cultural e social do agricultor.

Mesmo quando a Agroecologia é posicionada como orientadora das práticas da PNATER, esta se vale apenas para nortear as atividades de caráter agrícola, reforçando a discussão anterior,

“(...) pois o redesenho de agroecossistemas e o estabelecimento de agriculturas sustentáveis, com inclusão social, é algo que exige um enfoque sistêmico e uma visão holística, ou seja, é necessário lidar com a complexidade dos processos de desenvolvimento. Na agricultura, isto se manifesta pela necessidade de complexificar os sistemas agrícolas, introduzindo biodiversidade e manejando as relações entre solos, plantas e animais (...)” (CAPORAL, 2005, p. 3-4)

Os princípios agroecológicos são inseridos na política para contrapor as técnicas utilizadas até então no meio rural, que vão de acordo com os pacotes da Revolução Verde, que trazem em si os impactos ambientais, culturais e sociais presenciados nos dias de hoje.

Como lembra Lima (2006), a perspectiva agroecológica tem em sua estratégia a natureza sistêmica, considera como sua diversidade a propriedade, a organização comunitária e as relações das sociedades rurais articuladas com a dimensão local. Com isso, a participação dos processos locais e dos sujeitos se faz presente, porém é perdido quando a agroecologia é posicionada para “a construção de agriculturas sustentáveis” no sentido de “mudança de atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais”¹⁹, quando busca somente substituir os pacotes tecnológicos utilizados no passado.

¹⁷ BERTALANFFLY, 1968.

¹⁸ Para aprofundamentos nesse assunto consultar WANDERLEY (1998).

¹⁹ CAPORAL, 2009.

Além do caráter sistêmico não estar presente nessa agroecologia colocada pela PNATER, quando se busca a relação de *soft-systems*, o processo traz em si o risco de situar o conhecimento local como homogêneo.

“A associação linear entre o conhecimento nativo e os princípios agroecológicos pressupõe uma interpretação estática da história, sem considerar que os atores sociais e seus conhecimentos estão geralmente envolvidos em processos de mudança.” (DIAS *et al*, 2008, p. 5)

Tanto a multidisciplinariedade dos princípios agroecológicos como o caráter holístico buscado pelas ações da PNATER se encontram, também, contrários a própria ação quando se coloca que os mesmos serão conquistados com a “aproximação entre Agronomia e Ecologia, que leve ao manejo integrado de sistemas complexos”²⁰.

Observa-se, com os pontos discutidos acima, que a própria busca por nortear os objetivos da política dentro da Agroecologia, por uma abordagem sustentável nas ações da mesma, traz a divergência em seus conceitos. É preciso que os princípios da abordagem sistêmica, holística e da própria agroecologia sejam revistas e estudadas pelos profissionais que atuam na Extensão Rural.

Para além de tudo isso, há agora um outro fator preponderante para que o sucesso da PNATER seja conquistado, o protagonista, o próprio agricultor familiar. Sendo reconhecido como sujeito nos processos da ATER, este terá participação em todas as etapas e irá direcionar, também, como se dará na prática a ação do extensionista. Pois, é ele quem determinará as metodologias utilizadas, a sua real participação e modificará o conhecimento científico para a sua cultura, adequando ao seu modo, a relação deste com uma política criada para dar voz aos atores sociais envolvidos neste processo.

Nesse momento, a PNATER aparece como uma política para o futuro, sejam nos objetivos propostos, sejam nas ações buscadas no campo. É preciso que o Estado atue fortemente nos seus próprios objetivos, no que busca para o meio rural brasileiro. Além disso, o Ensino precisa ser transformado, adquirir aspectos que trabalhem a questão da multidisciplinariedade, os conceitos sistêmicos, para que a formação do profissional de ATER esteja condizente com a nova proposta. Assim, o novo extensionista precisa estar aberto a adquirir novos conceitos sobre o meio rural, sobre como atuar, na busca pela participação de todos. As metodologias utilizadas no campo precisam passar por transformações, adequações e mesmo por uma adaptação dos sujeitos envolvidos no processo da extensão às novas ferramentas. E, por fim, a Agroecologia precisa ser entendida nos seus princípios. Todas essas mudanças se darão em passos lentos e a resposta prática da ação dessa nova política retornará seus frutos num futuro esperado.

3. CONCLUSÃO

Para se encontrar caminhos para solucionar os problemas da eficácia dessa política de extensão rural no Brasil, as demandas das entidades envolvidas e das populações para quem a política foi criada, é preciso considerar e analisar as influências presentes nas práticas da Extensão Rural, em todos os processos.

²⁰ CAPORAL, 2005.



Considerando que essas práticas são intermediadas pelos métodos utilizados, os quais dão abertura para um processo de relacionamento com outros conhecimentos e outros modos de vida e de produção, a análise deve apresentar uma abordagem ampla nos diversos sujeitos que as determinam. Neste texto, procurou-se mostrar as diferentes proposições metodológicas, presentes na proposta da nova PNATER, refletindo como cada uma delas são impactadas na prática e as dificuldades encontradas na sua superação.

No entanto, é preciso ressaltar que as políticas de extensão rural praticadas ou esboçadas no presente são resultantes de experiências, pesquisas e debates que, por mais atreladas que estejam ao Estado, refletem as mudanças do meio rural, dos sujeitos, suas transformações locais e das relações que estabelecem com o mundo.

As metodologias e métodos inserem-se na tentativa de guiar a ação do extensionista no campo, na busca por garantir que os objetivos direcionados pela extensão rural sejam alcançados. Considerando que o sucesso do uso das ferramentas passa pelas mãos dos sujeitos envolvidos, é importante citar que a PNATER faz um esforço no sentido de construir uma relação dialógica e recíproca das partes. As ações estão inseridas no contexto contemporâneo em que foram geridas, mas deve-se considerar as limitações, advindas das diferenças culturais, socioeconômicas e políticas dos sujeitos a que são destinadas e gerenciadas.

“Os desafios são lançados a todos. Para nós, os extensionistas, o principal desafio é conseguir falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem (...)” (CAPORAL & RAMOS, 2006, p. 20)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A.; Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989. 182p.

BALEM, T. A. et al. Da extensão rural difusionista à construtivista agroecológica: condicionantes para a transição. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...*. Rio de Janeiro: Sbs, 2009. p. 1 - 20. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_22_24_56.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

BERTALANFFY, L.. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1968. 351p.

BROSE, M. (Org.); **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Ed. Tomo, 2001.

CAPORAL, F. R.. **Bases para uma nova ATER pública**. Santa Maria, 2003. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.



_____. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados.** Brasília, 2005.. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/39cbeef/campanhas/Documentos%20para%20aprofundamento%20Agroneg%C3%B3cio%20Florestal/5o%20Encontro/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20ATER%20-%20Caporal.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____.; **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 36 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, São Paulo, set./dez., 1994, p. 70-90.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L.. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília, 2006.. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

DIAS, C. E. A. *et al.* Enfoques metodológicos participativos e agroecologia na política nacional de assistência técnica e extensão rural. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v. 7, n. 1, p.48-53, 2008. ISSN 1676-9732. Disponível em: <http://rca.cav.udesc.br/rca_2008_1/dias_et_al.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V.. Por que a “nova ATER” não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto Residência Agrária. In: CONGRESSO DE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais**. Londrina: Sober, 2007. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/912.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E.. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito, Ecuador. **Anais**. Quito, Ecuador: Alasru, 2006. p. 1 - 17. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duar te,%20Emma%20Siliprandi.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

EMATER-MG. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR.** Belo Horizonte: Emater-mg, 2006. 41p.

FILHO, D. P. G.; **“Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários”.** Guia Metodológico/convênio INCRA/FAO. 1995

FONSECA, M. T. L.; **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo. Ed. Loyola, 1985.



FREIRE, P.; **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 8ed. 1983. 93p.

JESUS, P.; A metodologia científica e o cotidiano da extensão rural: Algumas relações. In: TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Idam, 2006. p.67-81. Disponível em: <www.idam.am.gov.br/arquivo/.../c4d64b482a4fd5e0057fd6f40755805f.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

LIMA, I. S.. A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-9, jul. 2006. ISSN 1809-4651. Disponível em: <http://www.alaic.net/ponencias/UNIrev_SLima.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

LTEIF, A. P. A. S. A.; COELHO, F. M. G.; AMODEO, N. B. P.. Análise das possibilidades e limitações da inovação na interação técnico-agricultor a partir da nova proposta de extensão rural de base agroecológica. In: CONGRESSO DE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais**. Londrina: Sober, 2007. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/793.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER**. Brasília: MDA, 2004. 22 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. **Subprograma de Formação de Agentes de ATER: Curso: Aprendizagem e Ação Participativa - teoria e prática sobre Diagnóstico, Planejamento e Ação Participativa, em Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.crea-pr.org.br/crea2/html/assessoria_comunicacao/pro_crea/cursos/Ementa%20do%20Curso%20de%20AAP.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

PINHEIRO, S. L. G. **A evolução do enfoque sistêmico nas ações de investigação, desenvolvimento e extensão rural: Da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems**. Florianópolis, s/d. Disponível em: <<http://www.cesnors.ufsm.br/professores/oscar/textos-didaticos/Visao%20sistemica-Pinheiro%20%28de%20hard%20a%20soft%29.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SACHS, I.; Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**, São Paulo: Brasiliense, 1993.



SANTOS, A. D. (Org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos sicoambientais** / IEB-Instituto internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005. 180 p.

SOUZA, J. R. F.. A extensão rural no Brasil: uma avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, VII., 2006, Quito, Ecuador. **Anais**. Quito, Ecuador: Alasru, 2006. p. 1 - 19. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Jos%C3%A9%20Ribamar%20Furtado%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

THIOLLET, M.. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1994. 108p.

VERDEJO, M. E.. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, 2006. 61 p.

WANDERLEY, M. N. B.; Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998.